

MEMÓRIA E SINGULARIDADE NO GESTO DO ESCRITOR-LEXICÓGRAFO

Vanise Medeiros

Universidade Federal Fluminense

vanisegm@yahoo.com.br

RESUMO:

Com este artigo promovemos uma reflexão sobre glossários para livros de literatura elaborados pelo escritor. Analisaremos um certo glossário, aquele feito pelo escritor João Antonio no século XX, e traremos um outro, do século XIX, de José de Alencar, para pensar o gesto do escritor que se desdobra em lexicógrafo.

PALAVRAS-CHAVE: glossário, memória, escritor, História das Ideias Linguísticas

ABSTRACT:

With this article we promote a reflection on glossaries elaborated by the writer in books of literature. We analyse one particular glossary, that created by the writer João Antonio in the 20th century, and we reflect on another, from the 19th century, by José de Alencar, to think about the act of the writer who also becomes a lexicographer.

KEY-WORDS: glossary, memory, writer, History of Linguistic Ideas

Nenhum escritor tem a seu dispor uma língua já feita.
(Mia Couto, 2011, p. 23)

Introdução

Uma das marcas dos glossários feitos para livros de literatura consiste em não fazer referência a outros glossários, não remeter a outros, tampouco retomar definições de outros. Isto, no entanto, não significa que não haja uma memória se fazendo presente. Com este artigo, pretendemos capturar um pouco desta memória que se inscreve na prática de dizer da língua. Glossários dizem dela, trabalham-na, agem, enfim, sobre ela. É o que veremos ao nos debruçarmos

sobre o glossário de João Antonio, escritor do século XX e, por conta dele, retomarmos outro glossário, do século XIX, qual seja, aquele de José de Alencar no pós-escrito ao romance *Diva*.

Antes de prosseguir, é necessário registrar que se trata de uma análise feita sob o escopo da História das Ideias Linguísticas na articulação com a Análise de Discurso. Com tal suporte, algumas noções, como a de sujeito, por exemplo, serão importantes no decorrer da leitura que se procederá dos glossários e serão expostas à medida que se fizerem presentes.

1. Glossários para literatura

Glossários para livros de literatura advêm, em geral, do texto literário e a eles servem. Neste sentido, eles se inscrevem em uma memória dos primeiros glossários que nascem de textos e servem à compreensão de textos (cf Auroux, 2008). Lendo Nunes (2006), podemos observar que não é esta, entretanto, a historicidade dos primeiros glossários brasileiros. De acordo este autor, “enquanto a lexicografia européia¹ se desenvolve a partir dos textos antigos, de onde surgem os glossários e mais tarde os dicionários bilíngues latim-vernáculos, no Brasil essa prática não se realiza.” (*idem*, p. 52). É com o relato dos viajantes que são produzidas as primeiras descrições, definições e comentários que vão resultar em vocabulários e dicionários. É, ainda, com a produção literária no século XIX que se tem “a confecção de pequenos glossários apensos aos romances, que descreviam e justificavam o uso de alguns vocábulos ou de neologismos. Esses pequenos léxicos são lugares onde se contestam as omissões dos dicionários portugueses” (*ibidem*, p. 218). Nunes traz como exemplo a produção de José de Alencar, escritor do século XIX, que compôs glossários para seus romances, para mostrar o trabalho do escritor no processo de legitimação do português do Brasil. E esta é uma das motivações para recuperarmos tal glossário. Duas observações são importantes a partir da leitura de Nunes: glossários de literatura não têm uma longa história no Brasil; eles nascem de uma tensão com língua portuguesa de Portugal.

No caso da pesquisa que estamos efetuando com glossários dos séculos XX e XXI, já foi possível observar que nestes dois séculos eles têm se mostrado como um espaço de tensão em relação à língua nacional de diferentes maneiras – e aqui se insere o glossário por João Antonio – e também de tensão ao que se propõe como unidade linguística lusófona – como é o caso das publicações

1 Foi mantida a ortografia conforme se encontra no texto.

no Brasil e em Portugal da literatura moçambicana ou angolana, por exemplo. Podemos então dizer que para além de servir à compreensão do texto, como nos fala Auroux, glossários brasileiros têm outras funções – como veremos em João Antonio – e, sobretudo, revelam um trabalho sobre a língua marcado por tensões que nela se inscrevem. Tensões que dizem do sujeito na relação com a língua e que dizem da língua que vai sendo construída como língua imaginária de uma nação.

Neste artigo, que faz parte de uma pesquisa sobre glossários, a distinção, já conhecida entre língua imaginária e língua fluida, proposta por Orlandi, é deveras importante. Com ela, se separa aquilo que vai sendo trabalhado nos instrumentos linguísticos como língua nacional, da língua que não se deixa apreender e que os glossários, também instrumentos linguísticos, tentam marcar para compor a língua nacional. Uma observação antes de prosseguir: não está se dizendo aqui que a língua que adentra o glossário é necessariamente a língua fluida, mas sim que, na língua imaginária que se apresenta e se constrói como nacional, há sempre algo de fora – por vezes proscrito, por vezes não inscrito. O glossário feito pelo escritor – e aqui estamos falando de glossários elaborados pelo escritor e não daqueles feitos pelo lexicógrafo ou pelo editor dos livros – promove a inclusão deste fora de diferentes maneiras: mantendo-o como um fora da língua nacional, retirando-o do lugar de interdição na língua, trabalhando-o como um vir a ser da língua, reivindicando um espaço específico, entre outras possibilidades. Neste sentido, o glossário para o livro de literatura elaborado pelo escritor se faz na relação com o dicionário: se não existe, é preciso, então, criar, ou indicar sua existência, ou ainda dar à palavra outros sentidos...

Dissemos, então, que glossários podem ter outras funções que a da compreensão do texto. No caso de José de Alencar, o glossário para a segunda edição de *Diva* se apresenta como uma resposta aos críticos: espaço de querela sobre a língua; espaço de disputa pela língua em solo brasileiro num momento em que vai se impondo a noção do que seria nacional num jogo entre próximo a Portugal e, ao mesmo tempo, singular, em relação a ele. No caso de João Antonio, como veremos, o glossário serve para a produção literária do escritor, que aí persegue um certo lugar de fala.

Antes de procedermos à análise, uma observação sobre glossários ainda é necessária. Glossários, em geral, vêm apensos aos textos, seja em notas de pé de página, seja ao final do livro. Deles fazem parte como algo que se acrescenta. Neste sentido, pode-se dizer deles o mesmo que Orlandi (2007) observa acerca das notas de pé de página: que são “signes de l’incompletude, fonctionnant

comme un ajout”², isto é, as notas “sont des indices de la fuite des sens”³ (*idem*, p. 75) que julga poder controlar com a nota, acréscimo que completaria o texto. Com o glossário, temos um movimento similar: persegue-se também o sentido da palavra neste outro objeto que se elabora. O glossário pelo escritor coloca, pois, em jogo a ilusão de completude, a partir da qual o sujeito escritor se desdobra em sujeito lexicógrafo na ilusão de tudo dizer... sobre a palavra. Não mais na glosa que se faz no texto, mas neste outro lugar que é o glossário. Gesto sobre a palavra que a faz signo autônomo⁴. Podemos continuar dizendo que os glossários funcionam como marcas da ruptura no dizer que afetam o dizer – na medida em que faz das palavras verbetes a constar em um glossário – na ilusão de saturá-las; de, dizendo a mais, tudo dizer.

2. Do vocabulário das ruas

Escritor e jornalista, João Antonio é (re)conhecido, nos anos 60 e 70, como uma referência da literatura de São Paulo. De sua literatura, apontada como urbana, se dizia que dava voz à marginalidade. Em suas cartas, lê-se seu interesse pelos regionalistas dos anos 30 bem como seu desejo por descolar da linguagem nordestina para compor o que seria a linguagem paulistana. Perseguiu uma fala urbana do “homem paulistano de determinado grupo”⁵. Seu glossário faz parte, portanto, de um projeto de trazer o que seria próprio do urbano paulistano intervindo assim, diríamos, na língua posta como nacional de modo a traçar nela um contorno ainda não delimitado.

João Antonio registrava o que ouvia nos papéis que encontrava pela mão e ia compondo assim seu vocabulário, cujo fac-símile foi editado em 2013. Uma caderneta, publicada sob o nome de “Vocabulário das ruas”⁶, com mais de 500 verbetes organizados de A a Z. Internamente, no entanto, não há ordem alfabética; por exemplo, na letra M, *mifo* comparece antes de *macete*.

O glossário, feita a mão e a partir de um léxico recolhido nas ruas, denuncia um trabalho cuidadoso e exaustivo na dupla posição escritor-lexicógrafo no

2 Signos de incompletude funcionando como acréscimo (tradução nossa).

3 Índices da fuga de sentidos (tradução nossa)

4 Cabe lembrar com Authier (1998, p. 137) que a “existência da autonomia (...) – essa possibilidade de usar os signos para remeter a eles próprios – é capital para o exercício da “função metalinguística”: é isso que permite sustentar o discurso sobre a língua que as gramáticas, os dicionários contêm – cujas “entradas” são signos autônomos”.

5 Cf. carta de João Antonio na apresentação do livro, 2013.

6 Apenas o título foi dado pela editora.

incessante jogo de mais dizer sobre a língua na ilusão de tudo poder dizer. Do glossário elaborado pelo escritor, diremos que duas posições se entrelaçam: a do escritor e a do lexicógrafo. Esta segunda se faz sobre a primeira. Talvez possamos ir adiante dizendo que o glossário pelo escritor denuncia o sujeito cindido, descentrado: sujeito que é posição discursiva. Para explicar, é necessário trazer brevemente o campo teórico para em seguida retomar o caso do glossário em foco.

A Análise de Discurso que sustenta este trabalho (Pêcheux, 1988) opõe-se, bem como o campo teórico da História das Ideias Linguísticas (Auroux, 1992), a qualquer visão positivista da linguagem. Tal posição resulta, no caso da Análise de Discurso, na articulação de noções fundamentais na teoria, como a de sentido – entendido como decorrente de condições de produção e constituído na formação discursiva, matriz de sentido⁷ –; de discurso, como conjugação necessária da língua com a história (Orlandi, 1996), e daí efeito de sentido tendo a língua como materialidade –; e, a que nos importa neste momento, de sujeito, como descentrado – pela ideologia e pelo inconsciente –, daí posição discursiva.

Na caderneta de João Antonio, encontramos de forma recorrente sinonímias, definições, explicações, bem também indicações de como usar tal léxico, da proveniência do léxico recolhido e de estrangeirismos.

Podemos dizer que, com as sinonímias, está em jogo a ilusão de relação e equivalência entre dois dizeres; não é este, no entanto, o caso da definição ou da explicação: com elas entra em cena a impossibilidade de equivalência entre significantes distintos. No lugar da ilusão de coincidência entre as palavras (Authier-Revuz, 1998), se inscreve a impossibilidade da tradução por outra palavra: explicar é, então, preciso; definir é preciso. Vejamos o que mostram as sinonímias neste glossário:

- (1) Giz = cigarro
- (2) Garoto = pederasta
- (3) Gafifa = gafeira
- (4) Justa = polícia
- (5) Mandioca = pênis (chulo)

7 “A formação discursiva é, enfim, o lugar de constituição do sentido e da identificação do sujeito. É nela que todo sujeito se reconhece (em sua relação consigo mesmo e com outros sujeitos) e aí está a condição do famoso consenso intersubjetivo (a evidência de que eu e tu somos sujeito) em que, ao se identificar, o sujeito adquire identidade.” (Orlandi, 1988:58, que neste trecho também faz referência a Pêcheux, 1988).

Mostram deslizamentos de sentidos: *giz* para *cigarro*; diz-se *garoto* para dizer *pederesta*. Mostram a produtividade da língua, que abrevia itens lexicais: *gafifa* para *gafieira*. Abreviação que pode se dar também por deslizamento, caso de *justa* para *polícia*, em que está em jogo a palavra justiça. Mostram o julgamento sobre o dizer: *mandioca* como palavra chula. Mas também mostram que a sinonímia não dá conta.. É necessário acrescentar explicação ou definição, como se vê no exemplo (6) a seguir, em que além de *pagar* ajunta-se *arcar com a responsabilidade*, algo a mais no gesto que controla e precisa sentidos:

(6) dizer = pagar; arcar com a responsabilidade.

Os glossários, assim como os dicionários⁸, são lugares de memória na língua. Memória que se entende, discursivamente, como atravessada por repetições, interditos, esquecimentos, deslocamentos e contradições. Memória em que se tece a historicidade do glossário, em que se inscreve gesto de captura da palavra e na metalinguagem que a categoriza. São vários os enunciados-fórmula do definir no dicionário que neste vocabulário encontramos. Uma observação, estamos considerando como enunciado-fórmula aquele fixo que serve a uma escrita definitória no dicionário e que, deste modo, trabalha uma impessoalidade e cientificidade deste instrumento linguístico, conferindo positividade àquilo que será predicado após o verbete. Alguns dos que se inscrevem na prática nesta caderneta de escritor são: *diz-se (em)(de , o mesmo que, aquele que, indivíduo que, expressão que significa*. Observemos o caso de *diz-se*:

(7) castigo = diz-se, na sinuca, quando a bola branca cai na caçapa; derrota, o mesmo que suicídio

Diz-se é neste glossário um recurso recorrente seguido de lugar: “diz-se, em...”. Verbo dizer na passiva indeterminando sujeito; e com ele se tem o interdiscurso atestando sentidos de lugares de fala, sinuca ou prostíbulos (em tais lugares), e indicando a língua que aí está em jogo: da marginalidade, língua dos seus personagens, marcada na sua diferença. Em suma, com ele marca-se o lugar onde se diz.

Diz-se também serve para dizer de alguém. Neste caso, funcionam em paráfrase com *aquele que* e *indivíduo que*. Observem-se os exemplos abaixo:

8 E remeto aqui para o trabalho seminal sobre dicionário de Horta (2006) e para artigo Petri e Medeiros (2013).

- (8) atirador = diz-se na sinuca do bom embocador de bolas.
 (9) cobra = diz-se, na malandragem, do indivíduo exímio.
 (10) chupadeira = diz-se, no baixo meretrício, da prostituta que faz sucção do pênis, pratica o curiculinguismo
 (11) forte = aquele que é atilado
 (12) abonado = indivíduo que possui dinheiro ou boa situação financeira

Com os verbetes definidos a partir do enunciado-fórmula tem-se a nomeação – *atirador, cobra, forte, abonado, chupadeira* – que se dá pelo jogo entre substantivação e adjetivação, algo recorrente neste vocabulário, bem como em outros glossários, o que aponta para a nomeação e qualificação como dois lugares recorrentes de inscrição na língua daquilo que dela não faria parte. Nome e adjetivo servem como acréscimos a ela, mas não, como é o caso do conectivo, de mudança na sintaxe.

Já a fórmula *mesmo que* trabalha, por vezes, a remissão interna a outros termos. Observem-se os exemplos a seguir:

- (13) queimar = castigo; **o mesmo que ripada** (negrito nosso)
 (14) ripada = castigo; **o mesmo que chá** (negrito nosso)
 (15) chá = castigo, **o mesmo que ripada** (negrito nosso)

Como se pode observar com os exemplos (13), (14) e (15), e mesmo o exemplo (7), esta expressão *mesmo que* reenvia a palavras do próprio vocabulário e não a um vocabulário exterior. Promove assim um movimento circular no glossário e produz o efeito de autonomia linguística: palavras remetem a outras naquele universo indicando produtividade linguística.

Nem sempre é este o funcionamento de *o mesmo que* em qualquer glossário. Em outro trabalho (Medeiros, 2012), em que foi analisado o funcionamento do glossário do escritor Buzzo para seu livro *Favela toma conta*, observamos que lá a palavra marcada era arena de luta. Cabe recuperar um exemplo:

- (16) (homi) Mesmo que homem ou homens. (Buzzo, 2008)

Neste exemplo (16) retirado de Buzzo, está em jogo uma ortografia, entre outros fatos de linguagem presentes no glossário de Buzzo, que se opõe aquela oficial. Aí a fórmula *mesmo que* trabalha o efeito de equivalência entre dois lugares sociais distintos de fala: língua oficial e língua da periferia. Buzzo e João

Antonio perfazem dois movimentos distintos: naquele lutava-se no corpo da palavra e a fórmula *mesmo que* também trabalhava tal disputa no dizer; neste, o gesto é de outro lugar, do lexicógrafo que está fora do lugar de onde a palavra provém e que busca capturá-la na pretensão/ ilusão de por meio dela mergulhar em outro espaço de dizer. Melhor expondo, em João Antonio, ele serve de introdutor à paráfrase e à explicação sem entrar no jogo de promover uma equivalência entre os dois universos discursivos distintos, como se verificava em Buzzo. Com João Antonio, é como se dissesse: a língua destes lugares é esta e não há equivalência; o que também se observou com a fórmula “diz-se + lugar”, em se marca o lugar onde se diz.

Se não há equivalência, diremos que, todavia, os dois lugares estão lá: o que é da marginalidade e o que não é (posto em silêncio). Uma divisão interna da língua em solo brasileiro; indo adiante, da língua posta como nacional, como atesta o estrangeirismo.

(17). aponto = encontro – de apontamento (inglês)

Acerca do estrangeirismo, importa recuperar que ele

“bem como o neologismo, pensados discursivamente, trabalham o efeito de língua já estabilizada: o neologismo, na medida em que é posto como aquilo que é novo em relação a uma língua em que se apresenta e ao mesmo tempo aquilo que a partir dela se articula; já o estrangeirismo, na medida em que é tratado como aquilo que advém de fora, de nação outra, e adentra uma língua outra. Ambos funcionam como elementos que servem para atestar a língua uma vez que repousam num imaginário de língua já construída [e fazem tal imaginário funcionar]. Tanto o neologismo quanto o estrangeirismo trabalham uma memória discursiva da língua” (Medeiros, 2010)

ou, como diz Orlandi (1999), o saber discursivo que torna possível todo dizer. Apoiam-se, pois, em uma língua que ‘todo mundo sabe’ e, ao mesmo tempo, afirmam-na como já lá sendo uma língua. Se o neologismo expõe a falta interna à língua, ele também indica a potência da língua: capaz de criar sempre outras palavras. Já o estrangeirismo indica a presença pelo outro daquilo que não há na língua. As línguas se completam é seu jogo. O estrangeirismo, à diferença do neologismo, indica por um lado a capacidade de absorção da alteridade – na medida em que o que vem de fora se acomoda à língua – e, por

outro, a resistência da língua na língua, quando a palavra permanece em sua escrita estranha à língua que adentra.

O estrangeirismo tem condições de produção do qual faz parte, por exemplo, o lugar de onde provém. Com João Antonio, estamos na segunda metade do século XX, em que o francês foi saindo dos currículos escolares e o inglês, como língua estrangeira, foi entrando e se fazendo disciplina regular. Com José de Alencar, o estrangeirismo, no caso, galicismo, é motivo de querela na língua que vai se fazendo no século XIX. Conforme este autor, a crítica ao galicismo é o que o leva a elaborar um glossário para *Diva*, para justificar a origem das palavras que usa, não como providas do francês, mas como advindas do latim ou a partir dele alteradas.

Voltando à caderneta de João Antonio, não pretendemos aqui uma análise exaustiva, mas há algumas observações ainda a serem feitas acerca deste glossário. Em primeiro lugar, sobre a ilusão do sujeito do domínio no querer/fazer dizer. Se, como afirmou em cartas, o escritor pretendia capturar o que era próprio de um lugar como São Paulo, por que um verbete como o seguinte?

(18) massa = o mundo policial, em Belo Horizonte, é a torcida de futebol mais popular da cidade, a atleticana.

Por que marca uma diferença em relação ao que ocorre na região paulistana? Ou será porque a divisão social na língua em solo brasileiro ultrapassa fronteiras geográficas?

A segunda observação diz respeito à singularidade de sua escrita, talvez a marca radical deste glossário. Nele, lacunas se pospõem a palavras e indicam a espera de algo que confira sentidos ou modos de usar aos significantes lá postos como verbetes; alguns presentes em dicionários, outros novos. Observem-se os exemplos a seguir:

(19) refresco⁹ =

(20) distinto =

(21) dégas =

(22) arrebite = pancada, surra; tira (planto-lhe um)

9 Os exemplos (19), (20) e (21) se encontram em vermelho na caderneta do escritor.

Os dois primeiros, *refresco* e *distinto*, constam de dicionários à época; já o terceiro, *dégas*, não. Os três estão lá à espera de sentidos que a definição teceria. Os três atestam a movência na língua. O quarto, *arrebite*, indica a gesto de apreensão que desliza: de *pancada* para *surra*, em que se intensifica e ao mesmo tempo se indica a impossibilidade de precisão; e de *surra* para *tira*, outra palavra não presente em dicionários neste campo semântico. Agora, ela vem com comentário indicando como usar (*planto-lhe um*), o que retira, para o leitor, a possibilidade de pensar no verbo *tirar* ou no substantivo *polícia* (tira pode significar polícia, como lemos em alguns dicionários).

Entre as colunas da direita e a da esquerda, tem-se o sinal de igual; um sinal que trabalha o efeito de igualdade daquilo que é diferente; afinal, só se marca como igual o que não é o mesmo. X não é Y, daí a necessidade de dizer X = Y. Um funcionamento que já faz parte do dicionário: a ilusão de coincidência de sentidos entre diferentes significantes...

Neste glossário, como já mostrado, duas escritas se alternam em tintas diferentes (cor vermelha, caso dos exemplos 19, 20 e 21, e preta, nos demais exemplos indicados). Denunciam, com os espaços em branco, o gesto contínuo de recolha de um léxico (não há nenhuma palavra ou definição riscada; não há rascunho neste glossário). Esta é a marca que consideramos singular deste glossário: espaços em branco à espera; espaço de escuta... do outro. Eles dizem do gesto lexicográfico no fazer glossarístico. Os espaços em branco indicam a posição discursiva exterior, a posição do lexicógrafo que recolhe e acolhe outra língua, sem necessidade de compará-la, como se dissesse: é assim que se fala nestes lugares e é tudo.

Dissemos que o glossário elaborado pela posição do escritor funciona como um dizer a mais sobre a língua; julgamos que aqui, com este glossário que antecede à escrita, um movimento outro se inscreve: da captura do significante que circula nas ruas seguido de sua contenção que se inscreve na predicação do verbete. No entanto, aí mesmo, no lugar de contenção, o espaço se abre marcando a impossibilidade de tudo capturar, de tudo dizer...

3. Memória e singularidade

Com João Antonio, como vimos, o gesto do escritor não se faz sem o gesto do lexicógrafo, o que o inscreve numa prática que se tem desde o século XIX com José de Alencar quando este produz glossários para seus livros. No caso de Alencar, está em jogo, conforme Nunes (2006), por um lado a “legitimidade do artista em relação à sua língua”, por outro lado, uma tensão em relação ao

português de Portugal: Alencar apontava falta de vocábulos nos dicionários portugueses, o que implicava uma “legitimação do português do Brasil” (*idem*).

Aqui nos interessa o gesto singular em Alencar daquele que cria a palavra como contraponto ao outro gesto singular em João Antonio. Alencar compôs seu glossário como pós-escrito à segunda edição de *Diva*; dele constam dezesseis verbetes que não seguem ordem alfabética. Nos verbetes, diferentemente do gesto que vimos no século XX com João Antonio com o que chamamos de enunciado-fórmula, temos por vezes uma escrita em primeira pessoa. Os verbetes são seguidos de comentários por vezes longos em que o autor explica sobre a proveniência das palavras e dos afixos; e, assim, vai justificando a sua criação. Não se pode deixar de registrar que seu glossário se apresenta como uma defesa aos ataques que sofreu com *Lucíola* e que se repetiram com *Diva*.

Ao dar à estampa esta segunda edição de *Diva*, pareceu-me azado o momento para escrever as observações que aí ficam, pelas quais deseja o autor ser julgado em matéria de estilo quando publique outro volume. Não basta acoimarem sua frase de galicismo; será conveniente que a designem e expendam as razões e fundamento da censura. (Alencar, 1964, p. 102)

É no latim que ele irá, sobremaneira, buscar apoio para sustentar o léxico que usa. É a língua latina que vai apontar como estando na origem da palavra ou da derivação – um recurso muito usado e que revela o lugar de criação do escritor. Observem-se dois verbetes:

(23) Exale – Hesitei quando a pena escreveu este adjetivo na língua portuguesa. Lembrava-me sim das mui judiciosas observações do bom Filinto Elísio a respeito do uso de adjetivos passivos (...)

Assim como os bons clássicos latinos, fizeram de *infestatus*, *proecipitatus*, *exanimatus*, *occultatus*, etc. os passivos irregulares *infestus*, *poeceps*, *exanimis*, *occultus*, podiam muito bem ter feito de *exhalatus*, *exhalis*. Esqueceram-se; nem sempre era possível que de tudo se lembrassem. Convinha suprir a lacuna (...) Esses, espero, serão indulgentes para o meu adjetivo. (...) (Alencar, 1964, p. 105)

(25) Elance – É bem possível que algum leitor enxergasse nessa palavra uma tradução ridícula e extravagante do vocábulo francês élan, e se horrorizasse do galicismo.

Mas espero que repare tal injustiça cometida contra o inocente autor.

A língua latina tem a palavra *lancea*, lança, da qual deriva as seguintes: *lanceo*, meter a lança, *lancisco*, ferir com a lança.(...) (Alencar, 1964, p. 107)

Neles se mostra o gesto da criação da palavra que o inscreve numa filiação dos clássicos, como é o caso em *exale*, quando lembra que “os bons clássicos” também poderiam ter criado *exale*, como fizeram outros passivos irregulares. Se não o fizeram, ele preenche uma lacuna aí deixada para o escritor. Movimento duplo: de legitimação da palavra que se cria pelo escritor brasileiro e de inscrição do escritor brasileiro na filiação dos clássicos. Em *elance*, sua argumentação também se constrói a partir do latim em *elance*, bem como em outros verbetes, como é o caso de *palejar* abaixo. Mas há algo no verbete *palejar* que não comparece nos demais e que faz Joao Antonio dele se aproximar. Observe-se o verbete:

(26) Palejar – Escrevi este verbo persuadido que andava ele inserido nos dicionários, e fiquei surpreso de não o encontrar aí, porque nenhum é mais do que ele necessário e genuíno na língua.

(...)

Palejar portanto é o verbo que servia ao meu pensamento (...)

Quanto à sua genealogia, talvez haja quem o preferisse derivado do adjetivo *pálido*, como *empalidecer*; entendi eu que o extraía bem do verbo *palleo* donde saiu o adjetivo *pallidus*, e o verbo *pallenses*, E por que havia eu de fazer o meu verbo neto do verbo radical quando o podia fazer filho? (Alencar, 1964, p. 105)

Aparece aqui algo julgamos não ocorrer em outros verbetes. Em *palejar*, é a escuta do escritor que está em jogo: julga tal verbo já existir e fica surpreso por não encontrá-lo em dicionário. E indica-o como filho direto do latim, não seu neto. O que queremos sublinhar é que o verbo que lhe soa comum à língua, um já-là na língua, cujos dicionários não registraram. Tal como João Antonio, diremos que em Alencar há o gesto de captura da palavra que a faz valer na força da sua escrita.

Do glossário de José Alencar podemos dizer que os verbetes funcionam como signos autônimos cuja predicação indica o lugar de criação da palavra. Criação esta que se ancora no latim; ou ainda, o latim atesta sua criação e legitima a posição-lexicógrafo que aponta a ausência na língua portuguesa (como a nomeia) e a completa (tal como já observado por Nunes).

Com Alencar, tem-se a língua em se fazendo, daí afixos latinos lhe servindo de anteparos. Dito de outro modo, observamos a urgência do fazer língua e dizê-la. Em João Antonio, a urgência é outra – em descobrir e registrar um certo lugar na língua, aquele em que se encontra a marginalidade – e o movimento é o da escuta. Na escuta, os dois se encontram denunciando o movimento contínuo da língua em solo brasileiro.

Bibliografia

- ALENCAR, José. *Diva*, Rio de Janeiro: Editora Letras e Artes, 1964,
- AUTHIER-REVUZ, J. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPURS, 2004..
- _____. *Palavras Incertas*. (1998) Campinas, SP: Unicamp.
- AUROUX, S. “Língua e Hiperlíngua. In: *Línguas e instrumentos lingüísticos*, n.1, São Paulo: Pontes; Campinas: UNICAMP, 1998.
- _____. A hiperlíngua e a externalidade da referência. In: Orlandi, E. (org.) *Gestos de leitura*, Campinas: UNICAMP, 1997.
- _____. Le processus de grammatisation et ses enjeux. In: Auroux, S. (org.) *Histoire des idées linguistiques*, tome 2, Liège: Pierre Mardaga, 1992.
- _____. Listas de palavras, dicionários e enciclopédias. O que nos ensinam os enciclopedistas sobre a natureza dos instrumentos lingüísticos. *Revista Língua e Instrumentos Linguísticos*, no. 20, Campinas: Pontes, 2008.
- BUZZO, A. *Favela toma conta*, Rio de Janeiro: Aeroplano 2008.
- COUTO, M. *E se Obama fosse africano*. São Paulo: Cia das Letras, 2011.
- JOÃO ANTONIO. *Contos reunidos*, Rio de Janeiro: Cosacnaify, 2013.
- MEDEIROS, V. Jornal, arquivo e instrumento lingüístico. In: MARIANI, B. e MEDEIROS, V. *Idéias Lingüísticas: formulação e circulação no período JK*. Campinas: RG e RJ: FAPERJ, 2010.
- _____. Um glossário contemporâneo: a língua merece que se lute por ela. Campinas: *Revista Rua*, no. 18, 2012.
- MEDEIROS, V. e MATTOS, T. *O Dialeto Caipira*, de Amadeu Amaral: Discurso Fundador e Acontecimento Discursivo. *Confluência*, n. 42. Disponível em: <http://lp.bibliopolis.info/confluencia/>, 2012.

- NUNES, J. H. Os Dicionários portugueses e a descolonização lingüística, In: *Línguas e instrumentos lingüísticos*, n. 20, São Paulo: Pontes, 2008.
- _____. *Dicionários no Brasil*. Campinas: Pontes Editores; São Paulo: FAPESP; São José do Rio Preto: FAPERP, 2006.
- _____. Um espaço ético para pensar os instrumentos lingüísticos: o caso do dicionário. In: ORLANDI, E. (org.) *Política linguística no Brasil*, Campinas, SP: Pontes, 2001.
- NUNES, J. H. e PETTER, M. *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: USP/FFLCH/Humanitas; Campinas: Pontes Editores, 2002.
- ORLANDI, E. “Un pont c’est tout. Interdiscours, incompletude, textualisation”. Authier-Revuz, J. et Lala, M.-C. *Figures d’ajout: phrase, texte, écriture*. Presses Sorbonne Nouvelle, 2007.
- _____. *Interpretação*. 2 ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- _____. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. SP. Campinas: Pontes, 1999..
- Pêcheux, M. *Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio* Campinas: ed. da UNICAMP, 1998.
- PETRI, V.; MEDEIROS, V. Da língua partida: nomenclatura, coleção de vocábulos e glossários brasileiros. *Revista Letras*. Santa Maria: v. 23, n. 46, jan./jun 2013.

Recebido em 21 de julho de 2014.

Aceito em 26 de agosto de 2014.